

Direito Constitucional P Trf 5 Regi O 2017 2018

Thank you extremely much for downloading **Direito Constitucional P Trf 5 Regi O 2017 2018**. Maybe you have knowledge that, people have look numerous times for their favorite books following this **Direito Constitucional P Trf 5 Regi O 2017 2018**, but stop going on in harmful downloads.

Rather than enjoying a fine book in imitation of a cup of coffee in the afternoon, instead they juggled taking into account some harmful virus inside their computer. **Direito Constitucional P Trf 5 Regi O 2017 2018** is manageable in our digital library an online entrance to it is set as public so you can download it instantly. Our digital library saves in complex countries, allowing you to get the most less latency epoch to download any of our books when this one. Merely said, the **Direito Constitucional P Trf 5 Regi O 2017 2018** is universally compatible past any devices to read.

COMENTÁRIOS AO REGIME ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS - IVAN BARBOSA RIGOLIN 2017-10-06

Desde sua promulgação em 1990, a Lei que trata do Regime dos Servidores Públicos no Brasil passou por diversas mudanças. Diversas polêmicas alimentam um vivo debate sobre a lei, envolvendo doutrinadores, autoridades, poderes instituídos e os próprios interessados - os servidores públicos. A nova edição está atualizada com as Leis 12.269/2010 e 12.527/2011. Esta última incluiu o artigo 126-A que trata da ausência de responsabilidade civil ou criminal para servidor que informar sobre crimes ou improbidade cometidos por agentes públicos.

Curso de Direito Constitucional - Série IDP - 15ª Ed. 2020 - Mendes, Gilmar Ferreira 2020-02-10

Em sua décima quinta edição, este Curso se tornou, graças à colaboração de seus leitores, uma das obras mais prestigiadas do Direito Constitucional brasileiro. A fim de se perpetuar como referência para a formação acadêmica de estudantes e para a consulta por parte dos profissionais do Direito, esta edição foi totalmente revista e atualizada. O leitor encontrará atualizações diversas que se referem a novos rumos da jurisprudência e aportes de reflexão jurídica, como as Emendas Constitucionais promulgadas no último ano, compreendendo também as decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal e dos

Tribunais Superiores. Além disso, a edição explora temas ainda pouco desenvolvidos pela doutrina nacional, como o impacto de novas tecnologias nas relações jurídicas e seus reflexos nos mais diversos campos do Direito.

Tributação da economia digital - Alexandre Monteiro

O DIREITO TRIBUTÁRIO NA PRÁTICA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES: SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL EM DE - TATHIANE DOS SANTOS PISCITELLI 2017-10-06

A Série GVlaw, editada pelo Programa de Educação Executiva da DIREITO GV (GVlaw), investe na ampla difusão do conhecimento produzido na Escola e no emprego de métodos participativos de ensino. Serve de suporte para uma prática pedagógica que aposta na autonomia discente, buscando superar a visão que assume o professor como detentor de todas as respostas e o aluno como espectador passivo de conhecimentos transmitidos por seus mestres. O livro é coordenado pela Professora TATHIANE PISCITELLI, com a participação de juristas renomados: Daniel Monteiro Peixoto, Eurico Marcos Diniz de Santi, Francisco Secaf Alves Silveira, German Alejandro San Martín Fernández, Guilherme Lautenschlaeger Novello, Karem Jureidini Dias, Marcelo Guerra Martins, Renato Lopes Becho, Roberto Fleury de Arruda Camargo, Roberto França de Vasconcellos, Roberto Quiroga Mosquera e Vanessa Rahal

Canadá. A obra aborda temas gerais da ciência tributária, sempre trazendo o tratamento jurisprudencial acerca do tema. São tratados temas cotidianos para os advogados militante na área, como a imunidade dos livros eletrônicos, natureza jurídica dos emolumentos judiciais e extrajudiciais, regulação de condutas, sigilo bancário, ISS, lei de responsabilidade fiscal, planejamento tributário, incidência do ICMS na importação, responsabilidade tributária dos sócios e de terceiros, decadência, entre outros. *Direito, Sustentabilidade & Desenvolvimento* - Adryele Gomes Maia 2022-07-31

A sustentabilidade é um tema que está sendo debatido em todo o mundo, com promessas de mudanças e transformações globais, contemplando meio ambiente, sociedade e economia. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) fornecem caminhos e indicadores necessários para a construção de um novo sistema global, e nesse contexto, a Educação Ambiental tornou-se uma ferramenta crítica para alcançar um objetivo significativo: a conservação ambiental, elemento essencial para o equilíbrio ecológico e sustentabilidade. A definição de desenvolvimento sustentável, presente no Brundtland Commission Report, é tida como um ponto de partida para a discussão atual. No entanto, não há um único conceito, pois, a expressão se refere a uma justaposição de duas ideias, "desenvolvimento" e "sustentabilidade", ambos em constante modificação na literatura, evoluindo de acordo com as novas descobertas e novas estruturas conceituais, por ser um campo de estudo que engloba várias áreas de conhecimento. Enquanto o primeiro termo pode ser generalizado como a busca de um estado mais avançado em alguma dimensão específica, como econômica, social, institucional, ambiental, espiritual, tecnológica, entre outros, o segundo conceito é abordado de forma mais complexa e transdisciplinar. Dessa forma, a conceitualização de desenvolvimento sustentável vem evoluindo de acordo com as novas descobertas e novas estruturas conceituais, por ser um campo de estudo que pode ser abordado por diversos ângulos e campos do conhecimento. O desenvolvimento sustentável envolve a concepção de um sistema social e econômico, que garanta que esses objetivos sejam sustentados, ou seja, que os

rendimentos reais e padrões educacionais aumentem, que haja melhoria da saúde da nação e que a qualidade de vida geral avance. As questões ambientais devem ser abordadas nas práticas educativas e enfatiza que a ecologia está se tornando cada vez mais importante e deve estar presente em qualquer prática educacional de cunho radical, crítico ou libertador. Partindo dessa premissa o meio ambiente, em seus fatores físicos, químicos e biológicos, é fator determinante das condições de saúde. O princípio de educar para a saúde e para o meio ambiente faz parte do pressuposto que vários problemas de saúde são decorrentes da precária situação educacional da população, que necessita de ações corretivas e/ou educativas. Com base nestes debates, o presente livro foi construído com o objetivo de discutir a complexidade dos fenômenos relativos ao Desenvolvimento Sustentável. A abordagem será realizada sob o viés da educação ambiental como promotora da saúde, tendo em vista que a educação em saúde cada vez mais tem se aproximado das políticas e ações sustentáveis, sobretudo os cuidados com a prevenção de doenças e gestão dos fatores ambientais prejudiciais à saúde.

Nível Superior - Direito Constitucional - FABIO TAVARES SOBREIRA 2017-10-06

Esta coleção foi desenvolvida por experientes e renomados professores, que, aliando uma linguagem clara, objetiva e ao mesmo tempo profunda, abordam os principais temas cobrados nas provas de concursos públicos em todo o País. Neste volume o autor trata sobre Direito Constitucional. Cada volume contém não apenas as conceitualizações iniciais necessárias para o conhecimento do Direito, mas, também, questões comentadas para o concurseiro colocar em prática as lições adquiridas, sistematizações que ajudarão na memorização, dicas rápidas no formato ?para gabaritar?, ?para memorizar?, destaque de prazos (tema muito abordado nas provas), tudo em consonância com as mudanças legislativas e jurisprudências atuais.

Revista de informação legislativa - 2010-07

Série IDP - Curso de Direito Constitucional - 17ª edição 2022 - Gilmar Ferreira Mendes 2022-03-21

Premiado na categoria Melhor Livro de Direito

da 50a. edição do Prêmio Jabuti, este Curso é resultado da parceria do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) com a Saraiva Educação. Atualmente em sua décima sétima edição, se tornou, graças à colaboração de seus leitores, uma das obras mais prestigiadas do Direito Constitucional brasileiro. A fim de se perpetuar como referência para a formação acadêmica de estudantes e para a consulta por parte dos profissionais do Direito, esta edição foi totalmente revista e atualizada. O leitor encontrará atualizações diversas que se referem a novos rumos da jurisprudência e aportes de reflexão jurídica, como as Emendas Constitucionais promulgadas no último ano, compreendendo também as decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores. Além disso, a edição explora temas ainda pouco desenvolvidos pela doutrina nacional, como os desafios jurídicos trazidos pelo agravamento da pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus. O selo Saraiva Jur e o IDP esperam que o livro motive novas vocações para o Direito Público e confirme e estimule as já existentes.

Temas De Direito Constitucional: - Org.: Prof.^o Dr.^o Ubirajara Coelho Neto 2009-12-06
O presente trabalho é fruto da seleção e organização dos artigos apresentados em 2013-1, na disciplina "Constitucionalização do Direito", ministrada no Curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Sergipe, por este professor. Tendo em vista a relevante e incontestável contribuição ao magistério superior jurídico, bem como, aos estudos desenvolvidos em Direito Internacional, a presente obra é uma justa homenagem ao ilustre colega de magistério, Prof.^o Me. Carlos Rebelo Júnior.

Direito Constitucional Volume Iv - José Franklin De Sousa 2022-01-15
Os direitos políticos se referem a um conjunto de regras constitucionalmente fixadas, referentes à participação popular no processo político. Dizem respeito, em outras palavras, à atuação do cidadão na vida pública de determinado país. Os Direitos Políticos conferidos à população brasileira, de acordo com a Constituição Federal, no Capítulo IV, são: o sufrágio universal, o voto direto e secreto e a participação em plebiscitos, referendos ou

iniciativas populares.

PREPARATÓRIA PARA CONCURSOS JURÍDICOS - QUESTÕES COMENTADAS - DIREITO CONSTITUCIONAL - ANDRE DOMINGUES FIGARO 2017-10-06

Atualmente, o método de estudo mais eficaz e mais indicado pela maioria dos professores de cursos preparatórios é, sem dúvida, a resolução de questões de concursos anteriores.

Comprovadamente, esta metodologia de estudo possibilita que o aluno identifique suas reais dificuldades, funcionando como um indicador de aprendizagem e de autoavaliação. Diante desse cenário, apresentamos a coleção "Preparatória para Concursos Jurídicos - QUESTÕES COMENTADAS". Trata-se de uma continuidade/complemento da Coleção Preparatória para Concursos Jurídicos - DOCTRINA. Em doze volumes sob a coordenação dos autores Fábio Figueiredo e Marcelo Tadeu Cometti. Esta nova coleção contempla as disciplinas exigidas em todos os editais para concursos jurídicos, quais sejam: Direito Administrativo, Constitucional, Civil, Processo Civil, Penal, Processo Penal, Internacional, Trabalho, Processo do Trabalho, Previdenciário, Comercial, Tributário, Difusos e Coletivos.

Curso de direito constitucional - Manoel Gonçalves Ferreira Filho 1967-01-01

TRIPS and Access to Medicines - Renata Curzel 2020-12-10

Although ideally a patent system for pharmaceuticals should serve to incentivize research into the development of new medicines, the COVID-19 pandemic has exposed the equal importance of drug access and affordability. This book, by focusing on the Brazilian rule which makes the grant of pharmaceutical patents dependent on the prior consent of the National Health Surveillance Agency (ANVISA), shows how the Brazilian model affords an example for other countries to follow in dealing with tensions between patent protection and the right to healthcare. Based on an empirical study in which the author examined 147 reports issued by ANVISA as a basis for its decisions, the book deals with such central questions concerning the interface of regulation and innovation in the patent system as the following: compatibility between ANVISA's prior consent mechanism and

the Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS) Agreement; how “evergreening” and “trivial patents” undermine public health and access to medicines; ways of correcting abuses of patent rights and controlling quality of patents; and the discourse on health as a human right. Along with her examination of ANVISA reports, the author analyzes how Article 229-C LPI, which introduced the need of ANVISA’s prior consent to the patent grant of pharmaceuticals in Brazil, has been interpreted in Brazilian case law. Interviews with Brazilian experts are also included. In its commitment to harmonizing patent rights and the right to access of affordable medicines, Brazil’s patent system for pharmaceuticals stands out as a workable response to the basic problem of access to medicines in the developing world. By describing the successes and failures in the Brazilian policy of promoting drug access, this book helps policymakers in developing and emerging countries to better explore TRIPS flexibilities when dealing with similar problems, and provides practitioners in the law of the World Trade Organization, patent law, competition law, and health law with a guide to how a more equitable pharmaceutical patenting system could work in practice.

Vontade popular e democracia - Eugênio José Guilherme Aragão 2018-08-15

Este livro trata da situação do ex-presidente Lula e do caos político e social instaurado no Brasil. A publicação é organizada pelos advogados Wilson Ramos Filho, Eugênio Aragão, Gabriela de Araújo e José Francisco Siqueira Neto. Com prefácio assinado pelo jornalista Fernando Morais o livro abre caminho para o debate em quase 300 páginas por intermédio de 36 artigos assinados por diversos autores que analisam a ruptura institucional, o papel de agentes públicos e instituições, bem como a nova etapa do Golpe de 2016: impedir a candidatura de Lula à Presidência da República. "Esse é mais um livro que estamos produzindo com o objetivo de registrar o que acontece no Brasil neste momento. São obras que tratam do nosso presente mas mirando o futuro. Depois do sucesso das séries temáticas do golpe e dos dois primeiros volumes da Enciclopédia do Golpe, este novo livro, continua cumprindo esse papel

que nos propomos a exercer", explica um dos organizadores do livro, o professor e presidente do Instituto Declatra, Wilson Ramos Filho. A opinião de Ramos Filho é compartilhada pelo jornalista Fernando Morais, que no prefácio da obra, assinala que "O final da leitura me dá a convicção de que se nossos bisnetos, daqui a décadas, quiserem saber de fato o que aconteceu no Brasil nestes novos Anos de Chumbo, terão, obrigatoriamente, recorrer a este excelente `Vontade Popular e Democracia: Candidatura Lula?`. Aqui se conta como o caso foi", diz trecho do texto. Entre os temas abordados no livro estão a Lei da Ficha Limpa, os direitos políticos de Lula, a LawFare, a restrição de direitos, a democracia e o poder judiciário, entre outros.

The TRIPS Agreement Implementation in Brazil - Viviane Yumy Mitsuuchi Kunisawa 2015-05-18

Diese Studie liefert eine Analyse der brasilianischen Patentrechts, das sich im Einklang mit den Vorgaben des Übereinkommens über handelsbezogene Aspekte der Rechte des geistigen Eigentums (TRIPS) befindet. Der Leser erhält detaillierte Kenntnisse über das brasilianische System der Patente im pharmazeutischen Bereich. In englischer Sprache.

DIREITO ECONÔMICO REGULATÓRIO - SÉRIE GVLAW - ANA MARIA DE OLIVEIRA NUSDEO 2017-10-06

A série GVLAW se insere no projeto de produção de pesquisa adotado pelo programa de especialização e educação continuada da Direito GV. A partir do conteúdo das aulas dos cursos, busca-se a construção de conhecimento que seja adequado a estudantes, advogados e demais profissionais interessados, os quais têm sua atuação pautada pelas novas demandas do mercado de trabalho globalizado. O presente título trata do direito econômico regulatório, e é coordenado por Mario Gomes Schapiro.

Deduções Fundamentais - Micaela Dominguez Dutra 2021-02-22

O livro busca, partindo da existência do dever fundamental de pagar tributos no sistema brasileiro e da configuração do Brasil como Estado Democrático de Direito, analisar a capacidade contributiva como direito fundamental e grande balizador na relação

desenvolvida entre o Estado e o contribuinte, com o fito de verificar como esse direito fundamental de aplicação imediata está sendo observado pelo legislador infraconstitucional especialmente no que tange ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Física. Foi estudada a estrutura desse imposto desde sua normativa constitucional até a legal e verificou-se ser esse guiado pelo princípio da renda líquida, que visa à tributação da renda após o abatimento de todas as receitas gastas para a sua produção (gastos profissionais), além do mínimo existencial. A partir dessa análise, e com base em algumas ideias extraídas do direito americano e espanhol, demonstrou-se a possibilidade de retirar da capacidade contributiva o conceito de deduções fundamentais, que teriam base constitucional e respaldariam a redução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física com o fito de pôr a salvo da tributação as despesas do contribuinte e de sua família (capacidade contributiva em representação) com obrigações legais, como tributos, e as voluntárias realizadas para garantir o mínimo existencial, bem como os direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado, considerando ser a norma que veicula as deduções fundamentais também um direito fundamental, de eficácia contida e aplicação imediata, o que permitiria que, independentemente do legislador, esse tipo de dedução fosse realizada, podendo, depois, o Poder Legislativo trazer balizas para sua utilização.

Cultura da inovação e propriedade intelectual - Alejandro Knaesel Arrabal
2021-09-01

Esta obra nasceu do propósito de congregar relatos de ações e estudos sobre a Cultura da Inovação e a Propriedade Intelectual, a partir de uma abordagem multidisciplinar que inspira a Agência de Inovação Tecnológica (AGIT) e o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd), ambos da Universidade Regional de Blumenau (FURB), recebendo contribuições de diversos Estados do Brasil. Além de Santa Catarina, a obra congrega trabalhos dos estados do Maranhão, Paraíba, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Os relatos envolvem assuntos e abordagens plurais, que denotam o vasto horizonte que a Inovação e os direitos de

Propriedade Intelectual assumem no contemporâneo

DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL BRASILEIRO - ANTONIO H VASCONCELLOS E BENJAMIN 2017-10-06

Esta é uma obra primorosa por contar com a participação de eminentes juristas especialistas em direito ambiental, de projeção mundial, que formam um grupo de pesquisa liderado por José Joaquim Gomes Canotilho (Portugal) e José Rubens Morato Leite (Brasil). Os pesquisadores reuniram-se em torno de um exame crítico dos aspectos ambientais constitucionais, essencialmente com o propósito de dimensionar os seus princípios e valores em face da necessidade contemporânea de o Estado gerir, em parceria com terceiros, os riscos e os impactos ambientais. O estudo preocupa-se também com a postura do Poder Judiciário perante as questões ambientais ao analisar a jurisprudência relacionada ao tema. Estamos diante de item obrigatório na biblioteca de profissionais e estudiosos da área.

O NOVO CONSTITUCIONALISMO NA ERA PÓS-POSITIVISTA - LENICE SILVEIRA MOREIRA DE MOURA 2017-10-06

Este livro reúne as contribuições dos conferencistas, palestrantes e coordenadores científicos presentes no I Congresso Brasileiro de Direito e Processo Constitucional - O novo constitucionalismo na era pós-positivista. O tema do congresso foi a importância da obra do Professor Paulo Bonavides na construção do constitucionalismo contemporâneo, visando propiciar uma reflexão sobre os princípios constitucionais e a hermenêutica jurídica. Todos os estudos têm um objetivo comum: a concretização do princípio da dignidade humana e a efetividade dos direitos fundamentais e do processo constitucional.

DIREITO CONSTITUCIONAL - MARCELO AGAMENON GOES DE SOUZA 2022-09-20

O presente trabalho é dedicado e destinado não somente aos bacharelados, mas também aos bacharéis em direito cujo objetivo é ingressar nas mais diversas carreiras públicas, buscando facilitar a leitura de um ramo do direito tão complexo, uma vez que, todos os juízes e tribunais são os guardiães da Constituição Federal, o que pode levar, devido ao fato de ser o Brasil um País de dimensões continentais,

termos entendimentos diversos sobre o entendimento e aplicação dos dispositivos constitucionais.

Manual de direito tributário - 8ed. - Eduardo Sabbag

Revista de Direito Público - Ano II, N.º 3 - Janeiro/Junho 2010 - Instituto de Direito Público 2016-03-23

Consulte a página da revista em

<http://mail.almedina.net/rdp> Esta revista está

também disponível como parte de uma

Assinatura. Editorial I - DOCTRINA Carla Amado

Gomes - The Administrative Condition of

Immigrants: General Aspects and Topic Remarks

Egon Bockmann Moreira - A Concessão de

Serviços Públicos Brasileira e os Direitos Reais

Administrativos Henriques José Henriques - A

Legitimação Democrática da Legalidade

Jurídico-Penal na União Europeia Joanisval Brito

Gonçalves — O Controle da Atividade de

Inteligência em Estados Democráticos: o Caso

do Brasil João Lamy da Fontoura — Assembleia

da República: um Parlamento da União Europeia

- um Exemplo de "Europeização" no Direito

Constitucional Luís Roberto Barroso -

Constituição, Democracia e Supremacia Judicial:

Direito e Política no Brasil Contemporâneo Paulo

Pulido Adragão — Crucifixos e Minaretes: a

Religião no Espaço Público. A garantia da

liberdade religiosa e a prevenção de conflitos

religiosos Paulo Cardinal - The Constitutional

Layer of Protection of Fundamental Rights in the

Macau Special Administrative Region II -

PARECERES Jorge Bacelar Gouveia — O

Enquadramento Jurídico-Fiscal das Receitas de

Ingresso no Santuário do Cristo-Rei à Luz do

Direito da Religião Guilherme da Fonseca - O

Arsenal do Alfeite e a Nova Lei: uma Questão

Jurídico-Constitucional NORMAS TÉCNICAS DA

REVISTA DE DIREITO PÚBLICO

COLEÇÃO PREPARATÓRIA PARA CONCURSOS

JURÍDICOS VOL. 1 - DIREITO

CONSTITUCIONAL - CLEVER RODOLFO

CARVALHO VASCONCELOS 2017-10-06

Esta Coleção se destaca pela abordagem robusta

e organizada da doutrina e jurisprudência das

principais disciplinas do Direito, sendo indicada

a estudantes, profissionais e, principalmente,

concurandos que almejam conquistar uma vaga

na área pública, seja jurídica ou fiscal. A didática

dos autores propicia um estudo direcionado, e condensa diversos entendimentos sobre a

matéria em exame. Alia a mais precisa e atual

jurisprudência e, sobretudo, revela clareza e

arranjo metódico de cada ponto, a classificá-lo

como indispensável ao leitor que pretende um

estudo completo e eficaz da disciplina de seu

interesse. Em cada volume foi priorizada a

elaboração de esquemas e quadros sinóticos com

o máximo detalhamento, além da criteriosa

seleção de questões de concursos públicos que

são aplicadas pelas bancas examinadoras mais

exigentes do País. Espera-se que o leitor obtenha

a solução de suas dúvidas mais inquietantes,

principalmente entre os que se dedicam ao

aperfeiçoamento do saber jurídico. Data de

Fechamento: 15-02-2011-->

Série IDP - Estado de direito e jurisdição

Constitucional - 2ª ed. - Gilmar Mendes

PraGabaritar Direito Constitucional -

Rodrigo Sousa 2022-11-24

raGabaritar Direito Constitucional é o segundo

livro da série PraGabaritar, cujo objetivo é

ajudar de os candidatos as provas de concurso

público, se preparem no mais alto nível. Esse

livro contém 497 Questões comentadas sobre os

temas mais cobrados nas provas de concurso

público, especialmente em tribunais (TJ's ,

TRF's , MP' e DPE, PGE , PF, PRF, INSS entre

outros) PraGabaritar Direito Constitucional é

recomendado para os concurseiros que querem

uma preparação focado e direcionada para

resolução de questões e alta performance. As

questões selecionadas são um complemento e

servem para fixação do conteúdo. Você,

concurseiro, recebe o Livro PraGabaritar Direito

Constitucional, com o objetivo de facilitar sua

preparação e encurtar seu caminho rumo à

aprovação!

Direito Tributário Ambiental - Luciano Costa

Miguel 2020-09-28

A presente obra demonstra como praticamente

todos tributos existentes em nosso ordenamento

jurídico podem e devem contribuir para um

modelo de desenvolvimento sustentável,

sobretudo por meio da indução à inovação

científica e tecnológica. Como se trata de um

tema com nítido caráter multidisciplinar, a obra

se destina aos estudiosos do Direito Ambiental e

do Direito Tributário. O grande diferencial da

obra é a demonstração da necessidade premente de se interligar o tema da tributação ambiental com a ciência e a tecnologia, demonstrando como uma visão mais harmoniosa e holística dessas diversas dimensões seria fundamental na promoção do tão almejado modelo de desenvolvimento sustentável.

Curso de direito constitucional - 11ed - Gilmar Ferreira Mendes 2013-01-01

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL - IBEC-INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS CON 2017-10-06

O Direito Constitucional tem ganhado porosidade nos últimos tempos, passando a efetivamente fazer parte do cotidiano de muitas pessoas. Decisões de grande impacto do Supremo Tribunal Federal passaram a ser debatidas e comentadas em espaço público não restrito aos círculos estritamente jurídicos. Amplia-se, assim, o alcance de interlocutores interessados nos grandes temas constitucionais. É nesse contexto que se insere o Dicionário brasileiro de Direito Constitucional, uma ferramenta de trabalho que possa auxiliar pesquisas, facilitar processos de aprendizado e, principalmente, possibilitar acesso rápido e confiável a conceitos, marcos normativos e debates no espaço do Direito Constitucional. Os verbetes proporcionam visão geral sobre o tema, trazem referências à legislação complementar, jurisprudência e doutrina. Além disso, indicam os caminhos que o leitor pode trilhar se quiser se aprofundar em determinado tema de Direito Constitucional.

Prova 5 Simulado Trf 2a.região Técnico Judiciário Sem Especialidade - Organizador: Zélio Cabral 2016-09-14

PROVA 5 TRF 2a.REGIÃO / TÉCNICO JUDICIÁRIO SEM ESPECIALIDADE. 40 QUESTÕES DE ACORDO COM EDITAL E BANCA CONSULPLAN. (PORTUGUÊS, MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO, NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE - DIREITO ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL, PENAL, PROCESSUAL PENAL, PROCESSUAL CIVIL, TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO) EXERCITE-SE PARA SER APROVADO! SAIA NA FRENTE!

Apátridas - Bruna Chíxaro 2022-11-09
Este livro trata sobre o direito de nacionalidade e o regime internacional de proteção às pessoas

apátridas. A apatridia, termo cuja acepção, de modo imediato e simples, significa a ausência de pátria, é um fenômeno que afeta a vida de milhões de pessoas no mundo inteiro. O indivíduo apátrida, em razão da ausência de vínculo jurídico-político de nacionalidade com o Estado em que nasceu ou em que reside, encontra-se impedido de acessar serviços básicos e praticar atividades cotidianas. Nesse sentido, discussões sobre o tema em questão vêm aumentando no âmbito internacional com o fito de que cada Estado-nação ajude a solucionar a questão da apatridia mediante melhorias em suas legislações internas. Utilizando linguagem didática, os autores examinam os principais instrumentos normativos para a proteção do direito de nacionalidade e apresentam reflexões sobre o tema sob a ótica dos direitos humanos.

Curso de direito constitucional - Pinto Ferreira 1974-01-01

Manual de Direito Processual Civil - Volume único - ALEXANDRE AVALO SANTANA 2017-10-06

Primeiro livro da Coleção Ícone do Direito, coordenada pelo Professor André Puccinelli Júnior, este manual contempla, em um único volume, os temas necessários ao estudo do Direito Processual Civil. De forma bastante didática, a obra está estruturada em seis partes, abarcando toda a matéria da grade de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Direito Processual Civil, Processo Cautelar e Procedimentos Especiais.

Curso de Direito Constitucional - Paulo Roberto de Figueiredo Dantas 2021-01-26
Este Curso de Direito Constitucional, com linguagem simples e direta, porém sem abrir mão do rigor científico, tem por principal objetivo analisar o conjunto de normas constitucionais vigentes, inseridas na vigente Constituição de 1988. Portanto, destina-se precipuamente ao estudo do Direito Constitucional Positivo. Para tal fim, o livro trata dos temas, tanto quanto possível, em ordem semelhante àquela adotada pelo constituinte, quando fixou a estrutura da denominada Constituição cidadã. Mas a obra não vai se limitar aos temas de direito constitucional positivo. Também analisa outros assuntos indispensáveis ao curso de direito constitucional,

como, por exemplo, a definição de direito constitucional, os diversos conceitos e classificações de constituição, a definição e classificação das normas constitucionais, bem como os métodos e princípios de interpretação constitucional. Sempre que necessário, o autor faz também um estudo de direito constitucional comparado. Destinado principalmente aos alunos do curso de graduação em direito constitucional, para os quais foram elaborados quadros esquemáticos, para facilitação do aprendizado e memorização da matéria, assim como aos operadores do direito que atuam nesta seara. Obra recomendada também para candidatos a concursos públicos, já que trata dos temas costumeiramente exigidos nos certames, da maneira mais atualizada possível.

Direito Constitucional Para Concursos -

Curso de direito constitucional - 12ed - Gilmar Ferreira Mendes

Curso de Direito Constitucional - Séire IDP - 16ª Edição 2021 - Gilmar Ferreira Mendes
2021-02-12

Estudios de Derecho Iberoamericano.

Volumen I. - Rubén Miranda Gonçalves
2019-03-14

Obra colectiva dirigida a poner en diálogo el derecho iberoamericano. La obra recoge una pluralidad de trabajos desde los que abordar el estudio del Derecho y que abarca todas sus disciplinas. Tanto la amplitud de temas como de los profesores representados resultan elocuentes de la finalidad y de los horizontes intelectuales de la obra. Entre otras, se abordan cuestiones como: Biopolítica e urbanização: estratégias de

controle e exclusão social; Los paraísos fiscales y el intercambio de información tributaria; La protección constitucional del patrimonio cultural en el ordenamiento jurídico brasileño: mención especial al patrimonio cultural subacuático; Bioética y nuevos desafíos jurídicos, Derecho humano de seguridad en el orden iberoamericano; Contrapontos do neoconstitucionalismo numa perspectiva iberoamericana; Accesibilidad universal y discapacidad en el Derecho español: base normativa de referencia y reparto de competencias entre las Administraciones públicas territoriales... Su contenido también pretende ser un reflejo de las inquietudes científicas, políticas e intelectuales dentro del ámbito jurídico iberoamericano.

Responsabilidade civil do Estado Legislador - Larissa Eiras 2022-11-21

Esta obra aborda a problemática questão da responsabilidade civil do Estado Legislador, especificamente na hipótese de leis de efeitos concretos. A hipótese é que o Estado pode ser responsabilizado e que o caráter ilícito da lei inconstitucional não é um elemento decisivo; o que importa é o resultado danoso. Por essa razão, a lei de efeitos concretos ganha especial importância, visto que o enfoque se circunscreve aos efeitos irradiados pelo ato legislativo (resultado) e não ao seu conteúdo. Fixada a possibilidade de responsabilização do Estado e determinado o papel da lei de efeitos concretos nessa simbiose, serão apresentadas, ao final, propostas teóricas sintetizadas de acordo com os estudos desenvolvidos ao longo do presente trabalho.

Acesso à justiça e direitos humanos - Janaína Soares Noleto Castelo Branco 2019-10-16